1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

TERRITÓRIO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Empresa Agrícola Familiar e Desenvolvimento - uma tipologia para o Alentejo*

Rosária Paixão Casinha

Universidade de Évora

Introdução

Na Região Alentejo não só a população, em geral, e agrícola em particular, como também o número de empresas agrícolas, têm vindo a diminuir drasticamente nos últimos anos. Esta situação decorre fundamentalmente da falta de emprego que por sua vez deriva da debilidade em que se encontra o tecido económico. Por outro lado, e apesar dos vários programas de incentivos que têm sido introduzidos nos últimos anos, pode afirmar-se que continuam a não existir incentivos de fixação e atracção das populações na maioria das micro - regiões Alentejanas.

Porque é preciso parar o processo de desertificação a que se assiste nesta Região, é fundamental a identificação e implementação de políticas e estratégias que visem atrair e/ou manter a população no meio rural, embora parte da sua força de trabalho possa ser aplicada fora da sua exploração agrícola, no mesmo sector ou em outros sectores de actividade.

Nesta perspectiva é essencial que no espaço rural existam condições que permitam ás famílias desenvolver-se, ter acesso a actividades culturais e recreativas, ou seja, há que lhes assegurar condições dignas de vida para que elas, por sua vez, possam contribuir para o processo de Desenvolvimento Local, que se pretende sustentável e integrado.

Falar de Desenvolvimento integrado numa região em que, por tradição, o sector agrícola tem um papel importante e em que existe uma cultura rural / agrícola é falar de uma das suas componentes: o desenvolvimento agrícola que "não é só desenvolvimento da produção, mas também e em particular desenvolvimento da população agrícola. O desenvolvimento agrícola não pode ser equacionado à margem da população agrícola, pois é ela quem mais directamente o poderá concretizar" (Portela, 1981: 313). Não é possível falar de desenvolvimento em meio rural pondo de parte os agricultores e as suas famílias. Como tal, é importante analisar o papel e o contributo das famílias agrícolas para o Desenvolvimento Local integrado e

_

^{*} O conteúdo da presente comunicação insere-se na dissertação de Doutoramento da autora.

sustentável da Região Alentejo, a qual, embora em processo de desertificação humana e física, representa cerca de 30% do território continental e possui uma forte e singular identidade cultural.

Do total das empresas agrícolas Alentejanas, cerca de 97% além de serem geridas pela família, são também caracterizadas pelo facto de a terra e outros capitais da empresa serem no todo, ou maioritariamente, propriedade da família¹. Decorre daqui que a presença das famílias agrícolas e consequentemente dos aglomerados populacionais agrícolas / rurais, numa Região eminentemente rural, é fundamental na preservação do ambiente e no combate à desertificação física e humana desta parte do território Português.

A família e a combinação das diversas actividades económicas no interior da própria família são condicionantes do processo de Desenvolvimento integrado, o qual "repousa fundamentalmente na ideia de estimular e desenvolver novas formas de gerar rendimentos para a vida familiar, através da combinação de diversas actividades produtivas realizadas pela própria família. No meio rural uma dessas actividades é, quase sempre, a agricultura que constitui a base material mais importante do Desenvolvimento rural integrado" (Etxezarreta, 1988: 105). A agricultura continua, assim, a ser importante em muitas áreas rurais (talvez em todas), não apenas por razões de ordem económica, mas também por razões que se prendem com a contribuição para a preservação da paisagem e do ambiente.

De entre as empresas agrícolas, deparam-se as situações mais variadas, não só ao nível da própria gestão, mas sobretudo a outros níveis ligados à estrutura da própria exploração, do seu agregado familiar e das relações que se estabelecem entre ambos (família e exploração). Assim sendo, identificaram-se e caracterizaram-se essas diferentes situações, de forma a permitir a definição de uma tipologia de empresas agrícolas familiares na Região Alentejo².

Com base na tipologia definida, estimar-se-á e analisar-se-á o contributo, que cada um dos grupos definidos fornece ou pode fornecer no futuro, para o processo de Desenvolvimento integrado e sustentável que é urgente implementar na Região. Este

¹ Dados retirados do ficheiro EUROFARM/89. Os dados mais recentes (Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas/97) não permitem concretizar os objectivos da investigação. Apenas dão a certeza da diminuição do número de explorações, em cerca de 26%, um pouco inferior à média nacional, diminuição essa conseguida, em parte, à custa das explorações de tipo familiar, exactamente as que interessam neste estudo.

² Neste estudo o conceito de *empresa agrícola familiar* compreende não só o sentido físico e económico do termo empresa, mas também o agregado familiar que lhe corresponde.

conhecimento constituirá importante contributo para a definição de políticas e estratégias conducentes ao desenvolvimento da Região Alentejo.

O estudo incide sobre toda a Região Alentejo, mais directamente sobre as famílias / explorações agrícolas Alentejanas, por se entender que numa região em que, tradicionalmente, o sector agrícola tem um papel preponderante não é possível pensar em Desenvolvimento Local sem Desenvolvimento agrícola, ou seja, não é possível pensar em desenvolvimento com uma agricultura em decadência e estagnada e famílias agrícolas desmotivadas e com poucos (ou nenhuns) incentivos e/ou objectivos de vida e de trabalho.

O objectivo final da investigação consiste na identificação de estratégias para as famílias / explorações agrícolas Alentejanas, com vista ao seu contributo para o Desenvolvimento integrado e sustentável para a Região. Para atingir este objectivo é necessário que os objectivos intermédios sejam cumpridos. Mais concretamente:

- Caracterização das famílias / explorações agrícolas do Alentejo, cuja gestão é função da família, em geral, e particularmente das empresas familiares;
- 2. Construção de uma tipologia dessas mesmas empresas agrícolas familiares Alentejanas³;
- 3. Identificação e análise do contributo que cada um dos tipos definidos fornece para o processo de Desenvolvimento Local da Região.

Identificação e Apresentação do Problema

Identificar o contributo da empresa agrícola familiar Alentejana para o Desenvolvimento da Região implica o estudo, não só do sistema produtivo, mas também do agregado familiar que a constitui. De facto, a presente investigação pressupõe a indissociabilidade do binómio *família/exploração*. A empresa agrícola familiar deve ser analisada como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos em interacção, constituído pela exploração, propriamente dita, pelo agricultor e pela família.

O termo empresa familiar abrange variadas situações, quer quanto à origem, quer quanto ás modalidades do seu funcionamento. Neste sentido, deparam-se, por um lado, modalidades cujo objectivo é a satisfação das necessidades da família e não a reprodução da exploração, enquanto unidade produtiva e, por outro lado,

³ A presente comunicação debruçar-se-á, essencialmente, sobre este objectivo intermédio da investigação.

modalidades em que o objectivo é a realização de uma produção para o mercado, embora o trabalho permaneça, essencialmente, familiar.

Existem várias definições do conceito de empresa familiar, desde as mais simples ás mais complexas, com base num conjunto diversificado de critérios de natureza complementar. Contudo, todos contém aspectos em comum, tais como o facto de a família ser detentora da propriedade da empresa, ser responsável pela gestão da mesma e ter assegurada a sua continuidade no seio da própria família (Martins, 1999). Face ao exposto parece poder concluir-se que não existe unanimidade quanto ao conceito de empresa familiar, embora todas as definições apresentem pontos comuns, baseados fundamentalmente na coincidência de valores importantes de uma empresa e de uma família. Neste sentido, considera-se que uma empresa é de tipo familiar se nela existir um forte elo de ligação entre a empresa, como unidade produtiva, e a própria família, elo pelo qual parte da cultura de ambas, formada pelos pressupostos básicos de actuação e pelos valores, é permanente e voluntariamente partilhada (Gallo et al, 1996).

No quadro dos pressupostos acima definidos e face ao objecto do presente estudo, considera-se empresa familiar quando nela ocorrem as seguintes dimensões:

- Dimensão do poder, no sentido de um ou vários proprietários dedicarem a totalidade, ou parte importante, do seu tempo a trabalhar na empresa, habitualmente como gestores;
- Dimensão da propriedade, no sentido de que uma parte desta, frequentemente a maior, ser possuída pela família;
- 3. Dimensão da família, ou seja o facto de pelo menos a segunda geração estar incorporada, como manifestação prática de uma evidente intencionalidade, por parte da família proprietária, de transmissão da empresa para as gerações futuras.

São estas as dimensões que definem o conceito de empresa familiar, segundo Gallo et al, 1996. No entanto, tendo em conta as características da agricultura desta Região e porque o factor trabalho é um importante factor de caracterização do tipo de empresa, no presente estudo foi adicionada mais uma dimensão ao conceito de empresa familiar.

 Dimensão da mão de obra familiar, ou seja o facto da mão de obra da família representar metade ou mais da mão de obra total ao serviço da empresa.

Definição da Tipologia

Antecedentes

Definido o conceito de empresa agrícola familiar foi necessário proceder à sua identificação, a partir da qual foi possível definir uma tipologia das mesmas, trabalho que foi realizado por fases sequenciais.

Numa primeira fase e com base no já referido ficheiro EUROFARM foi possível identificar as empresas agrícolas Alentejanas que obedeciam, simultaneamente, ás duas primeiras dimensões do conceito de empresa familiar (dimensão do poder e dimensão da propriedade). O tratamento da informação desta base de dados permitiu, ainda, identificar as empresas em que a dimensão da mão de obra familiar também está presente.

Identificadas estas empresas, faltava identificar as empresas que tivessem assegurada a sucessão por parte de um membro da família (dimensão da família). Para tal, foi necessário o recurso a informação provocada (segunda fase), mais concretamente, através de inquérito por questionário. Foi também necessário definir uma amostra representativa da população (45 464 empresas), de forma a que os dados resultantes do inquérito pudessem ser inferidos a toda a população. Optou-se pela técnica de amostragem aleatória estratificada, com base em dois critérios de estratificação. O critério geográfico (NUT's III), com vista a facultar o estabelecimento de comparações entre as quatro Unidades Territoriais que constituem a Região Alentejo; o critério do tempo de actividade do gestor na empresa, por se considerar fundamental para o objectivo final da investigação o conhecimento da pluriactividade gestor da empresa. Α técnica de amostragem estratificada substancialmente, o erro de amostragem relativamente ás características específicas de cada estrato, permitindo a redução do tamanho da amostra e garantindo a sua representatividade (Cochran, 1977).

A fórmula que permitiu definir a dimensão da amostra, bem como o número de elementos de cada estrato é a abaixo enunciada (Scheaffer et al, 1990:106).

$$\mathbf{n} = \left(\sum_{i=1}^{L} Ni^{2} \operatorname{pi} \operatorname{qi} / \operatorname{wi}\right) / \left(N^{2} * D + \sum_{i=1}^{L} Ni \operatorname{pi} \operatorname{qi}\right)$$

em que:

q = 1-p $D = B^2/4$

B= erro de estimação considerado⁴

Aplicada esta fórmula obteve-se uma amostra de 300 empresas, repartidas pelas quatro Unidades Territoriais, das quais em 117 o gestor dedica metade ou mais do seu tempo de actividade à mesma e em 183 o gestor lhes dedica menos de metade do seu tempo de actividade. O quadro abaixo dá conta dessa estratificação e da dimensão da amostra:

Quadro 1: Dimensão da amostra

Unidade territorial	TAG>=50%	TAG<50%	Total
Alentejo Litoral	30	32	62
Alto Alentejo	30	47	77
Alentejo Central	18	58	76
Baixo Alentejo	39	46	85
Região Alentejo	117	183	300

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

Legenda: TAG - Tempo de actividade do gestor

Tendo em conta a amostra seleccionada, foram elaboradas três listagens de famílias/explorações a inquirir (uma lista de efectivos e duas de suplentes), tendo em vista, entre outros aspectos considerados fundamentais para o cumprimento do objectivo final da investigação, identificar as empresas em que a dimensão da família também estava presente (3ª fase).

Devido, essencialmente, ao facto de a listagem inicial estar bastante desactualizada⁵, não foi possível aplicar os questionários na sua totalidade, conseguindo-se uma taxa de aplicação efectiva de cerca de 65%. O tratamento desta informação (4ª fase) permitiu identificar as empresas agrícolas Alentejanas que afirmam ter assegurada a sucessão através de um membro da família, 60%, completando-se assim as quatro dimensões consideradas no conceito de empresa familiar, definido previamente neste estudo.

⁴ O erro de estimação considerado foi de 5% para um nível de confiança de 95%.

⁵ Embora consciente da desactualização da listagem, devido à inexistência de outra mais actualizada, a opção foi correr o risco, cujos inconvenientes se tentaram atenuar ao longo da investigação, com o recurso a outras técnicas.

Apresentação da Tipologia

A tipologia das empresas agrícolas familiares Alentejanas foi definida a partir dos 60% das empresas, como descrito no ponto anterior, mais concretamente, a partir de 115 casos⁶ identificados como empresas familiares. Para a definição dos grupos (tipos) foi usada a análise multivariada de *clusters*.

A análise de *clusters* tem como propósito principal identificar entidades similares, com base nas suas características comuns (Hair, Joseph F., 1992). Na análise de *clusters* temos um conjunto de *n* indivíduos para os quais existe informação sobre a forma de *p* variáveis. Na presente investigação, os *n* indivíduos são as 115 empresas agrícolas familiares identificadas na análise da informação resultante do questionário; as *p* variáveis são as variáveis consideradas mais importantes para definir os grupos, atendendo aos objectivos do presente estudo, ou seja as variáveis:

- Idade do produtor
- Anos do produtor como chefe de exploração
- Sexo do produtor (var. muda ou binária)
- Anos de escolaridade do produtor
- Número de assalariados permanentes
- Número de assalariados temporários (dias/ano)
- Superfície total da exploração
- Número de parcelas que constituem a exploração
- Rendimento da exploração
- Encargos da exploração

A escolha destas variáveis, previamente padronizadas, prende-se, não só, como já foi referido, com os objectivos da investigação, mas também, com as características que se pretende que definam os grupos a formar, seleccionando-se apenas as consideradas relevantes para a análise. Até porque, "the inclusion of an irrelevant variable increases the chance that outliers will be created on these variables, which can have a substantive effect on the results. Thus one should never include variables indiscriminately, but instead choose the variable with the research objective as the criterion for selection" (Hair, Joseph F., 1992: 270).

⁶ O número de inquéritos respondidos foi de 193, para um total possível de 300.

A análise de *clusters* "procede ao agrupamento dos indivíduos em função da informação existente, de tal modo que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo sejam tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos restantes grupos" (Reis, 1997: 290). No presente estudo a técnica considerada mais apropriada, de entre as possíveis na metodologia de análise de *clusters*, foi a técnica hierárquica (*Hierarchical Cluster Analysis*), a qual se baseia na construção de uma matriz de semelhanças ou diferenças em que cada elemento da matriz descreve o grau de semelhança ou diferença entre cada dois casos, com base nas variáveis seleccionadas. O critério de agregação/desagregação dos casos utilizado foi o critério de Ward (*Ward Method*), o qual se "baseia na perda de informação resultante do agrupamento dos indivíduos medida através da soma dos quadrados dos desvios das observações individuais relativamente às médias dos grupos em que são classificados"(Reis, Elizabeth, 1997: 321).

A determinação do número adequado de *clusters* a formar constitui um dos principais problemas da análise de *clusters*, dado que a mesma pretende criar grupos relativamente homogéneos e é sempre difícil definir o que se entende por «relativamente homogéneo». No entanto, o dendograma resultante da aplicação desta análise e dos métodos e técnicas a ela associados (*Hierarchical Cluster Analysis / Ward Method*) parece apontar para a constituição de três *clusters/*grupos relativamente homogéneos. A dimensão de cada um dos três grupos é a que consta no quadro seguinte:

Quadro 2: Número de elementos de cada grupo

CLUSTER	Número de elementos	
1	71	
2	22	
3	8	
Total ⁷	101	

Para estimar a significância das diferenças entre os grupos foi usada a análise de variância multivariada (MANOVA), a qual permite avaliar as diferenças entre médias para diferentes variáveis critério simultaneamente (Reis, 1997). Usados os

⁷ Os 14 casos que, aparentemente, faltam são devidos a valores omissos, tendo como causa a não resposta de alguma (ou algumas) questões nesses questionários.

testes de significância *Pillais*, *Hotelings* e *Wilks* pode afirmar-se que existem diferenças significativas entre os três grupos constituídos (Sig F= ,000).

Foi também estimada a significância das diferenças considerando as variáveis individualmente, através da análise de variância simples (ANOVA), podendo concluir-se que existem diferenças significativas para a maioria das variáveis (anos do produtor como chefe de exploração; sexo do produtor; nº de assalariados permanentes; superfície total da exploração; nº de parcelas da exploração; rendimento total da exploração e encargos da exploração). Apenas para três das variáveis consideradas na análise as diferenças não são significativas, para um nível de significância de 0.05 (idade do produtor; anos de escolaridade do produtor e nº de dias/ano de assalariados temporários na exploração.

Caracterização Sumária

Porque se trata de uma investigação em curso, a presente caracterização por não estar ainda concluída focará apenas alguns dos aspectos considerados essenciais e será efectuada por tipos (tantos quantos os *clusters* definidos na análise), tentando destacar, sobretudo, as características em que eles diferem.

Empresas tipo 1: Constituído por cerca de 70% dos casos (71), situados, maioritariamente, no Baixo Alentejo, logo seguido pelo Alto Alentejo. Uma das características fundamentais deste tipo é o facto de os membros da família, inclusivé o próprio produtor⁸, exercerem actividade complementar, tanto no sector agrícola (fora da sua exploração), como em outros sectores de actividade. Os produtores são na totalidade do sexo masculino e bastante envelhecidos, ou seja, cerca de 86% têm mais de 60 anos. Provavelmente devido a esta idade avançada, cerca de 20% dos mesmos iniciaram a sua actividade como chefes de exploração (gestores) há mais de 40 anos, sendo a maioria das mesmas sido constituída por herança, algumas por compra e poucas por arrendamento.

Trata-se de explorações de pequena dimensão, em que mais de 40% das mesmas têm menos de 4 hectares, trabalhadas quase exclusivamente com mão de obra familiar, em que cerca de 24% dos produtores declara não ter encargos com as mesmas e 7% diz não obter qualquer rendimento da exploração.

⁸ Os termos produtor e gestor são usados com o mesmo significado, na medida em que todos os produtores/agricultores se assumiram como gestores da empresa agrícola.

São agricultores que adoptam uma postura de quase neutralidade relativamente ao associativismo, excepto no que se refere a associações de agricultores ao nível local. Para o futuro dos filhos desejam, maioritariamente, que tenham outro emprego e trabalhem na exploração, como complemento. Mais de 83% nunca gozou férias e entendem que deve ser o Governo e as Autarquias a preocuparem-se com os problemas do Desenvolvimento da sua Região.

Empresas tipo 2: Constituído por cerca de 22% dos casos (22), situados, maioritariamente, no Alentejo Central e Baixo Alentejo. O rendimento exterior constitui a grande fatia do rendimento do agregado, pois em quase 60% dos casos o rendimento exterior representa mais de 50% do rendimento total do agregado. Os produtores são maioritariamente do sexo feminino. Aliás, as únicas 15 mulheres que se assumiram como gestoras, entre os 101 casos considerados na análise, estão no tipo 2. Quanto à idade, pode dizer-se que os produtores são um pouco menos envelhecido do que os do tipo 1, existindo uma percentagem de 68% com mais de 60 anos e assumem-se como gestores da exploração há menos anos do que os do tipo anterior.

Embora tratando-se de explorações de pequena dimensão têm, no global, áreas um pouco superiores ás explorações do tipo 1. Os encargos com a exploração são muito reduzidos, embora não tanto como nas explorações tipo 1, o mesmo acontecendo com os rendimentos.

São um pouco mais receptivos à participação em associações, mas apenas no que se refere a associações de agricultores ao nível local e nacional. Também estes agricultores entendem que deve ser o Governo e as Autarquias a preocuparem-se com os problemas do Desenvolvimento da sua Região.

Empresas tipo 3: Tipo que abarca o menor número de casos. Apenas 8% dos casos se incluem neste tipo (8), situados, maioritariamente, no Alentejo Central. As explorações agrícolas inseridas neste tipo têm a característica de gerar rendimentos suficientes para a vivência dos agregados familiares que lhes correspondem, característica essa em que diferem dos outros dois tipos. Os produtores são na totalidade do sexo masculino e um pouco menos envelhecidos, ou seja, apenas (relativamente aos dois tipos anteriores, claro) 50% têm mais de 60 anos, tendo também iniciado a sua responsabilidade de gestor da exploração há menos anos.

Trata-se de explorações de dimensão média nas quais, além do recurso à mão de obra familiar, existem assalariados não só temporários como também permanentes.

Todos os produtores declaram ter encargos com as mesmas, o mesmo acontecendo relativamente aos rendimentos.

São agricultores mais receptivos à necessidade de associação. Quanto ao futuro dos filhos nota-se alguma indefinição, embora com algum desejo para que os mesmos estudem e como complemento trabalhem na exploração agrícola. Grande predominância quanto ao facto de dever ser o Governo a resolver os problemas da Região.

Notas Finais

Por se tratar de uma investigação em curso, não é possível apresentar conclusões, mas apenas algumas notas, deixando (ou pretendendo deixar) claro que o objectivo da comunicação é apenas o de apresentar a forma como foi definida uma tipologia de empresas agrícolas familiares na Região Alentejo.

Por se tratar de empresas agrícolas <u>familiares</u> o universo é um pouco restrito e a primeira triagem foi feita ao definir o conceito. Como tal não seria de esperar que as diferenças entre cada tipo fossem demasiado notórias. Apesar disso, considera-se que foi usada a metodologia adequada e os resultados são satisfatórios, na medida em que permitem apontar três tipos de empresas agrícolas familiares no Alentejo que, exactamente por isso, diferem entre si de forma significativa.

A investigação está a decorrer de forma a não só permitir caracterizar com mais pormenor cada um dos tipos definidos, mas também atingir o objectivo intermédio seguinte, e em última instância, o objectivo final da investigação mais ampla a que nos propomos.

Bibliografia

- BABBIE, E. R. (1973). Survey Research Methods. Belmont, Wardaworth Publishing Company.
- BORG, Walter R. and GALL, Meredith D. (1989). *Educacional Research An Introduction*. New York, Longman.
- CASINHA, Rosária (1994). Família e Empresa Agrícola: Importância da mão de obra familiar na estratégia técnico-económica da empresa agrícola no Alentejo. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa/ISA. (tese de Mestrado).

- COCHRAN, W. (1977). Sampling Techniques. New York, John Wiley and Sons.
- CRESWELL, John W. (1997). *Qualitative Inquiry and Research Design.* London, Sage Publicacions.
- DILLON, William and GOLDSTEIN, Matthew (1983). *Multivariate Analysis: methods and aplications*. New York. John Wiley & Sons, Inc.
- ETXEZARRETA, Miren (1988). *El Desarrollo Rural Integrado*. Madrid, Série Estudios, Ministério de Agricultura, Pescas y Alimentacion.
- FESTINGER, Leon e KATZ, Daniel (1992). Los Métodos de Investigación en las Ciencias Sociales. Barcelona, Ediciones Paidos. (tradução; original 1953).
- GALLO, M. Angel e RIBEIRO, V. Sevilhano (1996). *A Gestão das Empresas Familiares*. Lisboa, Iberconsult.
- GASSON, Ruth and ERRINGTON, Andrew (1993). *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1997). *O Inquérito Teoria e prática*. Oeiras, Celta Editora. (tradução; 3ª edição; original 1992).
- HAIR, Joseph F. et allii (1992). *Multivariate Data Analysis*. New York, Macmillan Publishing Company. (3ª edição; original 1984).
- KETELE, Jean-Marie de e ROEGIERS, Xavier (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa, Instituto Piaget. (tradução; original 1993).
- LAMARCHE, Hugues (1991). L'Agriculture Familiale. Une Realité Polymorphe. Paris, Editions L'Harmattan.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle et allii (1994). *Investigação Qualitativa : Fundamentos e práticas*. Lisboa, Instituto Piaget. (tradução; original 1990).
- LIMA, Marinús Pires de (1981). *Inquérito Sociológico Problemas de metodologia*. Lisboa, Editorial Presença.
- MARDIA, K. V. et allii (1979). Multivariate Analysis. London, Academic Press.
- MARTINS, J. Coelho (1999). *Empresas Familiares*. Lisboa, GEPE, Ministério da Economia.
- NACHMIAS, Chava and NACHMIAS, David (1992). Research Methods in the Social Sciences. London, St. Martn's Press, Inc.

- NEUBAUER, Fred e LANK, Alden G. (1999). *La Empresa Familiar: como dirigirla para que perdure*. Bilbao, Ediciones Deusto. (tradução)
- PESTANA, M. Helena e GAGEIRO, J. Nunes (1998). *Análise de Dados para Ciências Sociais A complementariedade do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- PORTELA, José (1981). "Notas sobre a Transformação da Pequena Agricultura: uma perspectiva local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 309-326.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva Publicações. (tradução; 2ª edição; original 1995).
- REIS, Elizabeth (1997). Estatística Multivariada Aplicada. Lisboa, Edições Sílabo.
- REIS, Elizabeth et allii (1996). Estatística Aplicada. Lisboa, Edições Sílabo.
- SCHEAFFER, Richard L. et allii (1990). *Elementary Survey Sampling*. Boston, PWS-KENT Publishing Company. (4ª edição; original1971).
- SPECTOR, P. E. (1981). Research Designs. Beverley Hills, Sage University Paper.
- VICENTE, Paula et allii (1996). Sondagens A amostragem como factor decisivo de qualidade. Lisboa, Edições Sílabo.
- WALTER, Borg and MEREDITH, Gall (1989) *Educational Research*. New York, Longman. (5ª edição)